

Juro atrasado ameça novos empréstimos

Washington — A moratória no pagamento de juros aos bancos comerciais internacionais chega a quase US\$ 27 bilhões, e é um grande obstáculo para o acesso dos países em desenvolvimento a novos empréstimos e investimentos privados, advertiu ontem o Instituto Internacional de Finanças (IIF).

Essa situação se apresenta no momento em que o mundo enfrenta uma aguda escassez de capitais e um aumento da demanda devido às mudanças na Europa Central e do Leste e às necessidades de reconstrução no Golfo Pérsico, assinalou Horst Schulmann, diretor-gerente do IIF, instituto que agrupa 170 bancos privados de todo o mundo.

Carta

Numa carta dirigida aos ministros da Fazenda e presidentes de Bancos Centrais dos 155 países-membros do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial, que se reunirão na próxima semana em Washington, Schulmann solicitou-lhes a solucionar este problema e sugeriu que os dois institutos suspendam qualquer empréstimo a qualquer país que se mostre renitente a negociar com seus credores para cancelar seus atrasos.

Schulmann deu o Chile, México e Venezuela como exemplos de países que cumpriram suas obrigações contratuais com os bancos privados e isso lhes permitiu voltar a obter empréstimos nos mercados de capital.

O Brasil foi apontado em compensação como o típico mau pagador, que retém seus pagamentos apesar de dispor de reservas para atendê-los e utiliza depois os atra-

sos como palanque para tratar de obter concessões.

“A ninguém deverá surpreender que os bancos de todo o mundo estejam decepcionados com o Brasil”, frisou Schulmann.

O total dos atrasos acumulados por 17 países aumentou agudamente nos últimos seis meses, de US\$ 18 bilhões no final de setembro de 90 a US\$ 26.827 bilhões no final de março de 91, assinalou.

O acordo com o Brasil anunciado em oito de abril passado fará baixar essa cifra, se for ratificado, embora certamente não seja um modelo, nem exemplo de solução global, do ponto de vista dos bancos, disse Schulmann.

O acordo entre o Brasil e o comitê bancário é preliminar por uma série de razões, precisou: 1) está sujeito à aprovação do Senado brasileiro; 2) ainda falta elaborar uma folha de termos detalhada, que em seguida deve ser aprovada por 95% dos bancos credores; 3) não há acordo sobre o pagamento dos juros seguintes (Brasil pagou somente 30% dos juros do primeiro trimestre de 1991, e declarou que não pagará mais de 30% dos do segundo trimestre. Mas além do segundo trimestre, não fez nenhuma declaração de intenções, disse Schulmann); 4) em todo caso, inclusive o pagamento dos juros pendentes no final de 1990 dependerá de um acordo ainda por se negociar para a reestruturação a longo prazo da totalidade da dívida bancária brasileira.

Schulmann enfatizou que o Brasil tem reservas suficientes para pagar todos os seus atrasados.

Assinalou igualmente que a

Polônia, a qual o Clube de Paris acaba de perdoar a metade de sua dívida oficial, tem reservas para pagar toda sua dívida bancária de uma só vez.

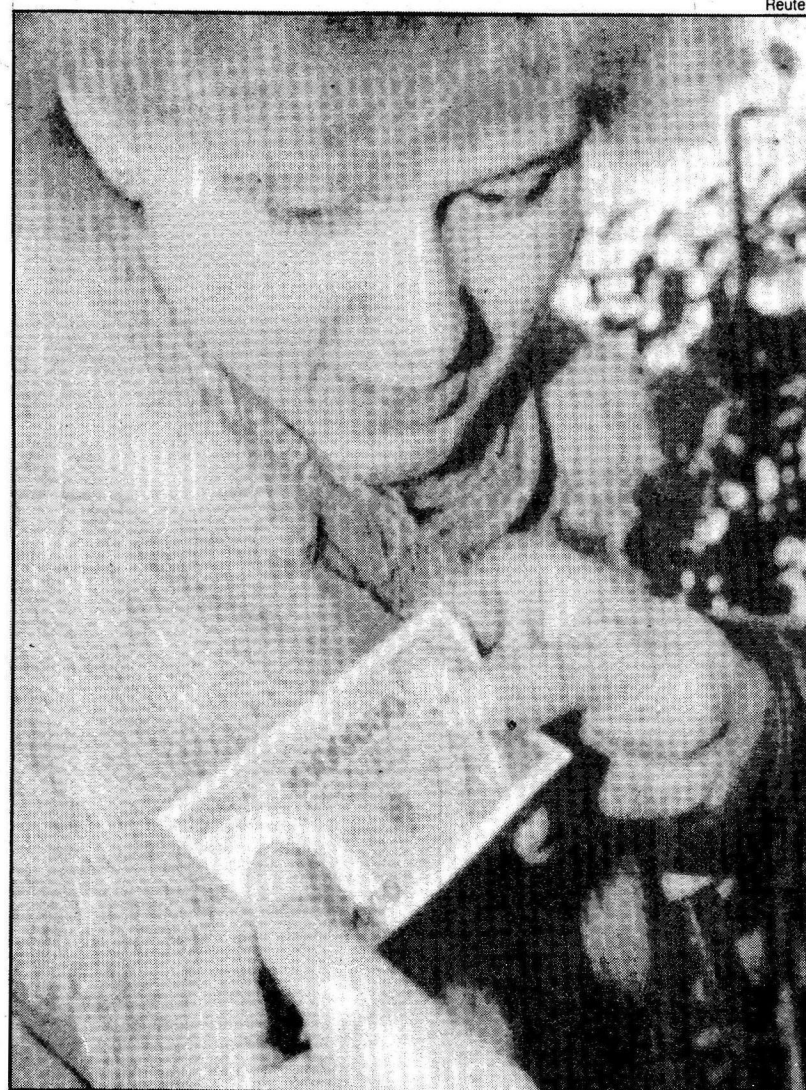
“Não estou sugerindo que a Polônia faça isso, mas não sinto nenhuma simpatia pelos países que intencionalmente acumulam atrasados como tática de negociação”, manifestou o diretor-gerente do IIF.

Revelou que os bancos comerciais estão sendo pressionados para que igualem a redução da dívida polonesa concedida pelo Clube de Paris e enfatizou que essas pressões são contraproducentes pois os bancos não existem para fornecer ajuda exterior e não podem fazê-lo se quiserem sobreviver.

Schulman disse que os governos são livres para dar ajuda aos outros países por razões humanitárias ou de segurança, mas opinou que deveriam fazê-lo mediante doações em vez de ser pela porta de trás como é o caso do perdão das dívidas, pois isso cria desentendimentos em todo o mundo.

Assinalou que o perdão da dívida polonesa pode levar a outros países endividados, particularmente aqueles que são obviamente mais pobres do que a Polônia.

Não há substituto para as políticas econômicas sadias, e não há substituto para as boas regras e a ordem nas finanças internacionais. A falta de um contexto estável de regras respeitadas limita a participação de investimentos privados, inclusive aos bancos, no fluxo de capitais privados para os países em desenvolvimento, acentuou.



Poloneses convivem desde ontem com nota de 1 milhão de zlotys